

As jornadas de junho, julho e agosto: questionamentos da ordem e necessidade de avanços organizativos¹

Marco M. Pestana*

Elementos estáticos em uma conjuntura dinâmica

Já se tornou lugar comum iniciar textos de análise da atual conjuntura apontando para o fato de que as chamadas jornadas de junho —que se estenderam para julho e agosto— abriram um novo momento, trazendo importantes mudanças para o cenário político nacional. Passados mais de dois meses do início desse processo, parece igualmente necessário agregar ao panorama a percepção de que nem só de novos elementos se faz uma conjuntura.

Dentre as permanências, é notável o relativo imobilismo apresentado pelos principais blocos político-partidários que se digladiam pelo controle institucional do país. A oposição da direita tradicional, liderada por PSDB e DEM, continua apostando no discurso do combate à corrupção, associado à pauta econômica empresarial (composta por elementos como a flexibilização dos direitos trabalhistas e a redução da carga tributária), como base de seu projeto de retomada do Palácio do Planalto. Se, por um lado, tal discurso ganhou certa projeção em meio às manifestações de junho (e até efeitos práticos com a queda da PEC 37), por outro, é fundamental compreender que tal fato se deveu mais à campanha da mídia empresarial nacional (com destaque para a Rede Globo), que atualmente atua como principal força organizadora da burguesia mais conservadora, do que à capacidade de mobilização de massas de PSDB e DEM.

Entretanto, ainda mais significativo para os propósitos desse texto é a observação de que também a posição do Partido dos Trabalhadores (PT) e do governo federal, capitaneado por esse partido em estreita associação com o PMDB, pouco se alterou desde junho. Com efeito, a primeira resposta articulada pelo PTàs manifestações foi a apresentação, ainda naquele mês, de seu próprio programa político como resposta aos anseios emanados das ruas. Com o fracasso

¹ Esse texto desenvolve reflexões inicialmente publicadas em “*Por que os recentes protestos de massa no Brasil não devem se transformar em movimentos contra a corrupção?*” Disponível em: <http://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2013/06/19/por-que-os-recentes-protestos-de-massa-no-brasil-nao-devem-se-transformar-em-movimentos-contra-a-corrupcao/>. Data de acesso: 08/09/2013. Agradeço aos comentários de Fábio Frizzo e Ivan Martins à versão preliminar do presente artigo. Evidentemente, todos os juízos nele expressos são de minha inteira responsabilidade.
* Marco M. Pestana é Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) e Professor do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Cap/INES).

da tentativa de estabelecer essa disputa programática no seio dos protestos de massas, simbolizado pelos ataques sofridos por militantes petistas em São Paulo e outras cidades, tornou-se a apontar para o caminho da institucionalidade. A alternativa foi a apresentação pela presidenta de cinco pactos aos governadores e prefeitos das capitais, dentre os quais figuravam a reafirmação da responsabilidade fiscal que opera como um dos principais garrotes neoliberais da economia brasileira —simbolizando o comprometimento do governo com as bases do capitalismo nacional— e a organização de um plebiscito para uma reforma política. No entanto, dada a incapacidade do governo para mobilizar sua heterogênea e largamente fisiológica base aliada para a implementação dessa última proposta —que, ainda que limitada aos marcos do regime político vigente, apresentava elementos progressistas—, também essa via foi deixada de lado.

As duas tentativas fracassadas do PT e do governo federal de trazerem para o centro do debate político nacional suas bandeiras evidenciam claramente dois significativos limites à atuação de ambos: de um lado, a incapacidade de produzir potentes mobilizações a partir de suas bases sociais e, de outro, a quase impossibilidade de realização das mais tímidas reformas democratizantes unicamente pelos canais institucionais. Em face desse duplo bloqueio, o petismo só conseguiu recuperar terreno junto à opinião pública a partir do anúncio, em julho, e da subsequente implementação do Programa Mais Médicos, que trouxe à tona os mais arraigados preconceitos —como o racismo, o elitismo e, até mesmo, o anticomunismo— ostentados pela parcela reacionária da classe média e pela burguesia, tragicamente sintetizados pelo pronunciamento virtual da jornalista Micheline Borges, que afirmou que as médicas cubanas recém-chegadas para atuar no Brasil teriam “cara de empregada doméstica” (Carvalho, 2013).

O fortalecimento da imagem do governo como opositor desse reacionarismo, associado à redução do tamanho das manifestações de rua e à recuperação de parte dos índices de aprovação do governo Dilma, corroídos pelos eventos de junho, fez com que os planos de reforma fossem deixados de lado. Vencida uma batalha contra a direita tradicional, o governo não hesitou em atuar paralelamente para o enfraquecimento dos movimentos sociais que persistiam nas ruas, por meio de seus braços nesses movimentos. Especialmente notável nesse sentido tem sido o esforço da máquina da CUT e das demais centrais sindicais governistas para desarticular greves em curso, realizar campanhas salariais desmobilizadas em categorias cuja data-base se localiza no segundo semestre e rebaixar a pauta de outras ações. Esse esforço ficou patente no dia 30 de agosto, convocado por todas as centrais sindicais como um dia de lutas e paralisações dos trabalhadores, quando o sindicalismo governista centrou-se na oposição ao Projeto de Lei 4.330, que prevê a liberação da terceirização em atividades-fim de empresas e do funcionalismo público, deixando de lado todas as reivindicações que se

chocavam com o programa econômico do governo Dilma, como o combate ao fator previdenciário e a crítica aos leilões do petróleo, entre outros pontos.

Em síntese, ainda que o cenário mostre-se aberto a novos desdobramentos de difícil previsibilidade, já é possível apontar o elevado grau de comprometimento dos blocos PT/PMDB e PSDB/DEM —a despeito de suas diferenças programáticas— com a manutenção do regime político e da organização social vigentes no país como indicativo de que respostas aos anseios por transformações mais profundas emanados das ruas não serão encontradas nessa seara. A brutalidade que tem caracterizado a atuação, frente às manifestações, das forças policiais de estados governados por políticos de ambos os blocos, como Rio de Janeiro (PMDB), Brasília (PT) e São Paulo (PSDB), evidencia a resolução partilhada de bloquear canais não-institucionais de atividade política.

A retomada das ruas em junho: explosão do descontentamento

Se os blocos político-partidários que concorrem pelo posto de gestores da dominação burguesa no Brasil apostaram na manutenção de suas linhas principais de ação, outros segmentos sociais passam, desde junho, por um processo de significativa reorientação política. É tarefa fundamental para qualquer análise da presente conjuntura buscar o entendimento de que segmentos são esses e quais os móveis de sua ação.

As manifestações de junho, por terem adquirido um caráter massivo —em cujo ápice numérico, no dia 20 de junho, estimou-se em um milhão o número de pessoas nas ruas apenas na cidade do Rio de Janeiro—, apresentaram uma heterogênea composição. Não obstante, é possível avançar no delineamento de um perfil predominante naquelas manifestações. Observando os dados apresentados por uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro no próprio dia 20/06², é possível, de saída, descartar dois elementos presentes em diversas narrativas, inclusive aquelas propagadas pela mídia empresarial. Em primeiro lugar, a constatação de que os estudantes compunham 24,6% do total de partícipes, no mínimo, coloca sob suspeita a posição de que aqueles fossem majoritários no processo.

Em segundo lugar, a percepção do contingente de 64,6% alcançado pela soma daqueles cuja renda familiar alcançava o máximo de três salários mínimos indica que também a versão de que se trataria de protestos principalmente de classe média é infundada. Sustentar tal afirmação equivaleria a aceitar o mito propagandeado pelo bloco PT/PMDB de que haveria uma “nova classe média” em acelerada expansão no país nos últimos dez anos. Dados coligidos por Márcio Pochmann —professor do Instituto de Economia da Unicamp, ex-presidente do IPEA e, ele mesmo, quadro do PT— apontam na direção oposta, demonstrando

² Pesquisa disponível em <http://pinterest.com/pin/418975571554441712/>. Consulta em 08/09/2013.

que 95% dos mais de dois milhões empregos anualmente criados no Brasil na década de 2000 têm níveis de remuneração que não ultrapassam 1,5 salários mínimos (Pochmann, 2012, pp. 19-20) (note-se que um casal em que ambos recebam esse valor máximo tem renda familiar de, precisamente, três salários mínimos). Tendo em vista o nível historicamente rebaixado do salário mínimo brasileiro — apesar de seu recente processo de valorização³—, não é possível confundir esse setor da classe trabalhadora —ao qual o sociólogo Ruy Braga tem aludido como parcela do “precariado”⁴— que teve seu poder de consumo ampliado por esse e outros mecanismos (como a difusão do crédito) nos últimos anos com a classe média tradicional. Esta ainda constitui um setor minoritário da população, cujos rendimentos individuais em muito excedem 1,5 salários mínimos. Por fim, cabe alertar que mesmo a consideração de todos aqueles que dispunham de renda familiar superior a três salários mínimos como membros da classe média deve ser vista com extremo cuidado. Não só pelo já mencionado valor historicamente reduzido do salário mínimo nacional, quanto pelo intenso processo de proletarização (com perda do controle sobre as condições de trabalho, extensão das jornadas e rebaixamento salarial, dentre outros fatores) que marcou, nas últimas décadas, categorias típicas da classe média, como os professores.

Outro dado significativo para a compreensão do perfil das manifestações de junho reside na elevada concentração de pessoas na faixa de idade que vai dos 19 aos 34 anos, correspondendo a 71,8% do total de entrevistados. Conforam, portanto, um grupo que não presenciou grandes mobilizações de rua —e, em muitos casos, não se empolgou muito com as pequenas e médias verificadas desde os anos 1990— e que foi saturado pelo discurso desqualificador da política —constantemente reduzida à ação da tecnocracia empoderada com o advento do neoliberalismo— e, especialmente, da ação coletiva e organizada em termos partidários e/ou de movimentos sociais.

A despeito dessa experiência, essa mesma geração tem vivenciado os limites à sua ascensão social decorrentes da estrutura econômico-social brasileira, por meio de um intenso processo de expropriação que se expressa pelo sucateamento dos serviços públicos, pela espiral ascendente da especulação imobiliária e pelo aumento do custo de vida. Tal vivência é ainda mais agravada pelas condições domundo do trabalho, como a precarização das condições de trabalho, a voraz competitividade e a enorme rotatividade. Assim, ao mesmo tempo em

³ Ver DIEESE. Política de valorização do salário mínimo: salário mínimo de 2013 será de R\$ 678,00. Nota Técnica 118 - Dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.dieese.org.br%2Fnotatecnica%2F2012%2FnotaTec118salarioMínimo2013.pdf&ei=7V0yUtPfGli68ASD4DwDw&usg=AFQjCNFvkfRGvE1FWsoLamSRVeDXWjKeXg&bvm=bv.52164340,d.eWU>. Data de acesso: 12/09/2013.

⁴ “Em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico” (BRAGA, 2012, p. 19).

que comprometem parte de sua renda na aquisição de serviços que deveriam ser oferecidos com qualidade pelo Estado (como saúde e educação), são acosados pelo *boom* dos preços imobiliários, vivenciam a insegurança no labor e veem seus projetos de ascensão pela via da educação superior —quase sempre, privada— entravados pelos funis do mercado de trabalho.

Diante desse quadro, não é surpreendente que ao longo das jornadas de junho a bandeira inicial do questionamento dos aumentos das tarifas dos transportes coletivos tenha passado a ser acompanhada por outras. Dessa pluralidade de reivindicações, é possível extrair dois pontos aglutinadores que ajudam na compreensão da percepção política que conduziu tantas pessoas —e, especialmente, esse setor da classe trabalhadora acima identificado— às ruas por um período tão prolongado. De um lado, há o evidente descontentamento em relação à qualidade dos serviços públicos oferecidos pelos diversos níveis do Estado —federação, estados e municípios—, presente no tema dos transportes, nas reivindicações por saúde e educação em um “Padrão FIFA”⁵ e no repúdio generalizado à conduta das polícias —sem dúvida um fator preponderante para a massificação das manifestações.

De outro lado, compareceu em peso também um maciço desconforto em relação à atuação dos ocupantes dos cargos públicos eletivos e sua relação com a população. Nesse quesito, foram tematizados os gastos exorbitantes para a realização dos megaeventos esportivos —e não foi casual a ocorrência de grandes manifestações em dias de jogos em diversas das cidades-sede da Copa das Confederações –, as relações promíscuas entre políticos e empresários – da construção civil e de outros ramos –, o fisiologismo característico da atuação da maioria dos partidos políticos nacionais e a ausência de mecanismos não-eleitorais de participação popular nas decisões políticas do país. Em meados de junho, entretanto, esse aspecto da pauta das mobilizações viu-se fortemente vinculado a denúncias relativamente genéricas contra a corrupção dos políticos e à oposição à chamada PEC 37, um projeto de emenda constitucional que objetivava regulamentar as ações do Ministério Público. A centralidade alcançada por esses dois elementos —as críticas à corrupção e à PEC 37— deveu-se, em grande parte, à ação da mídia empresarial, que enxergou nesses temas a possibilidade de interferir nas manifestações às quais havia inicialmente se oposto, favorecendo setores conservadores do espectro político, interessados no enfraquecimento do governo Dilma.

⁵ Trata-se de uma referência às exigências feitas pela FIFA às autoridades brasileiras de diversos níveis (Municipal, Estadual e Federal) quanto às obras relativas à preparação da Copa do Mundo de Futebol de 2014, agendada para ocorrer no país, que deveriam ter um padrão supostamente muito elevado de qualidade.

Fragmentação dos atos e continuidade das lutas em julho e agosto

Nos dois meses subsequentes a junho, as mobilizações e manifestações de rua permaneceram evidentes em diversas cidades do país, ainda que tenham adquirido uma forma distinta. Saindo de cena as concentrações de grandes multidões com uma multiplicidade de pautas, passaram a prevalecer atos de dimensões menores, com reivindicações mais centradas e outros mecanismos de organização e atuação. Apesar dessas transformações, há uma série de importantes continuidades entre os dois momentos, que serão analisados a partir do caso do Rio de Janeiro.

O início da participação mais formalizada da parcela da classe trabalhadora sindicalmente organizada, por meio de atos convocados especificamente pelas centrais sindicais, por exemplo, contribuiu para manter em evidência a disputa em torno das políticas econômicas de todas as esferas de governo (municipal, estadual e federal) e de suas prioridades orçamentárias. Embora não tenham produzido mega-aglomerações de trabalhadores, essas iniciativas tiveram grande alcance, uma vez que resultaram em paralisações de atividades laborativas por parte de milhões de trabalhadores, que geraram imensos prejuízos à burguesia, principalmente nos dias 11/07/13 e 30/08/13.

No bojo dessa linha de atuação, principalmente as mobilizações do funcionalismo público têm apontado para a necessidade de priorização dos serviços públicos na distribuição dos recursos governamentais, em detrimento da concessão de isenções fiscais a grandes empresários e do financiamento de grandes obras de utilidade, no mínimo, duvidosa para a maioria da população. Nessa tarefa, tem contribuído sobremaneira o acionamento das formas clássicas de luta do movimento sindical, como a greve, que, no caso dos profissionais municipais de educação do Rio de Janeiro, tem significativa adesão da categoria e vem demonstrando grande força política.

A reação dos manifestantes à atuação repressiva das forças policiais, por sua vez, desdobrou-se no fortalecimento da crítica ao modelo de segurança pública prevalecente no Brasil, calcado em forças militarizadas de policiamento ostensivo, dotadas de práticas cotidianas de arbitrariedade, truculência e desrespeito aos direitos humanos. Tal temática ganhou especial projeção com o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza após ter sido conduzido, em meados de julho, para a Unidade de Polícia Pacificadora da favela da Rocinha. A partir daí, também os moradores daquela e de outras favelas —em larga medida componentes do precariado e de outras frações da classe trabalhadora— passaram a organizar atos específicos colocando em questão a ação policial e fortalecendo o debate em torno do caráter das próprias UPP's.

A luta em torno dos transportes coletivos que marcou o início dos protestos em junho encontrou vazão institucional por meio da CPI da Câmara dos

Vereadores que se dedica à questão. Entretanto, sua instalação, composição e linhas de ação foram objeto de intervenção dos movimentos sociais, principalmente por meio da ocupação da própria Câmara por um grupo de manifestantes ao longo de alguns dias do mês de agosto.

O questionamento dos ocupantes de cargos públicos, por fim, assumiu contornos mais definidos, expressos pela palavra de ordem “Fora Cabral!”, explicitamente dirigida contra o governador do estado, Sérgio Cabral (PMDB), responsável último pela Polícia Militar e um dos artífices da aceleração do processo de segregação e hierarquização da cidade nos últimos anos. Além de ter marcado presença em diversas mobilizações com outras pautas, o “Fora Cabral!” encontrou grande eco por meio de ações próprias, como os atos com culminância no Palácio Guanabara —sede do governo estadual— e os protestos e acampamentos em frente à residência particular da família do governador. Até o momento, no entanto, o prefeito Eduardo Paes (PMDB), grande aliado de Cabral nos últimos anos, tem conseguido manter-se relativamente afastado das atenções dos manifestantes, sendo alvo de protestos menos radicalizados e menos frequentes.

Essa multiplicidade de reivindicações e formas de luta, verificada nesse segundo período, não deve, portanto, obscurecer a percepção da permanência de determinadas linhas de luta política, nem do grau de comprometimento da classe trabalhadora com as mesmas.

Algumas conclusões em meio a um processo em curso

Estabelecida a linha de continuidade entre as duas fases do processo de mobilizações atualmente em curso, é possível entrever sinais claros de questionamento de elementos do regime político e do sistema econômico nos quais se lastreia o *status quo* nacional. Entretanto, os dois blocos partidários majoritários (PT/PMDB e PSDB/DEM) não demonstram disposição nem para rever as bases da acumulação capitalista de forma a garantir efetivas melhorias nas condições de vida do proletariado das grandes cidades, nem para produzir mecanismos de ampliação da participação política da população. A depender de ambos, a política continuará sendo direcionada para a fusão da técnica gerencial —especializada em afirmar a ausência de recursos para o atendimento das demandas sociais— com a repressão policial às vozes que ousem questionar essa sabedoria tecnocrática, no que têm sido apoiados pela mídia empresarial, já sequiosa da retomada da “normalidade”.

Não obstante esse cenário, as mobilizações que se sustentam desde junho obtiveram sucesso na produção de fissuras nesse monólito da dominação burguesa. Assim, ainda que ambos os blocos permaneçam aferrados às suas posições, viram-se obrigados a abrir mão de elementos localizados —ainda que

simbolicamente bastante significativos— de seus projetos. Diversas foram as prefeituras que revogaram os aumentos das tarifas de ônibus e demais transportes coletivos. Igualmente pressionada, a Câmara dos Deputados aprovou recentemente o fim do voto secreto de seus componentes, uma excrescência em qualquer regime que se pretenda democrático.

Especificamente no Rio de Janeiro, foram obtidos, também, alguns recuos pontuais no projeto em curso de mercantilização, hierarquização e segregação do espaço urbano. De um lado, a prefeitura assinou documento garantindo a permanência da Vila Autódromo, cujos moradores seriam removidos em função de obras relacionadas às Olimpíadas de 2016. De outro, o governo estadual recuou parcialmente na descaracterização do Complexo do Maracanã, assegurando a manutenção do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare —tendo sua ação complementada pela da prefeitura, que desistiu da demolição da Escola Municipal Friedenreich—, além de ter devolvido o imóvel da Aldeia Maracanã para os indígenas que o ocupavam antes da brutal expulsão ocorrida em março deste ano. A instalação da chamada CPI dos Transportes pela Câmara Municipal, ainda que dificilmente produza resultados concretos em termos de crítica ao modelo de concessão dos transportes coletivos a setores da máfia empresarial, causou enormes desgastes políticos à parcela dos vereadores da bancada governista encarregada de neutralizá-la.

É, portanto, chegado o momento de nos indagarmos acerca das razões pelas quais essas conquistas detiveram-se nesse caráter pontual. Quanto a isso, é fundamental afirmar que se a esquerda organizada tem a capacidade de convocar as manifestações —contrastando com o fracasso retumbante das passeatas convocadas pela direita com suas pautas tradicionais—, conforme salientou Roberto Leher (Leher, 2013), não é, por outro lado, capaz de liderar um processo político de questionamento global da ordem capitalista e do regime político que a sustenta. As razões para tal são de ordens as mais diversas.

Em primeiro lugar, parte significativa da classe trabalhadora —organizada ou não— ainda tem como referência política o petismo (e seus braços nos movimentos sociais, como a CUT), apesar do papel desmobilizador e limitador das lutas que vem desempenhando. Além disso, a própria esquerda revolucionária e reformista radical encontra-se profundamente dividida e ainda não foi capaz de produzir um programa mínimo capaz de unificar na ação suas mais diversas tendências. Por fim, é importante considerar a própria situação da classe trabalhadora, profundamente impactada por vinte anos de ideologia neoliberal e de reestruturação produtiva, que a afastaram da ação coletiva e de seus organismos políticos-organizativos historicamente constituídos, diminuíram suas condições de barganha na luta trabalhista e transformaram sua inserção no processo produtivo, fragmentando-a.

Diante dessas fragilidades, não é surpreendente que a mídia empresarial encontre possibilidades de influenciar o curso das mobilizações, conforme logrou fazer com a propagação da pauta do combate à corrupção. Apesar disso, é igualmente fundamental perceber que avanços na politização foram obtidos. Para além da evidenciação de todos os questionamentos e reivindicações levantados pelos manifestantes, foi possível transformar parte significativa da percepção social da própria necessidade de se produzir manifestações políticas – a despeito de todos os “transtornos” ao cotidiano enfatizados diuturnamente pela mídia empresarial. Ainda mais surpreendente foi o crescimento do reconhecimento da legitimidade do recurso a formas mais radicalizadas de ação direta e do enfrentamento com as forças policiais, evidenciado, dentre outros elementos, pela difusão da tática dos *Black Blocs* por diversas cidades.

Face a esses avanços e aos já mencionados limites, a tarefa que se impõe é a do avanço da politização coletiva dos trabalhadores e da juventude, partindo da reflexão acerca das experiências cotidianas para construir uma compreensão da realidade histórico-social mais ampla, a qual possa lastrear a organização e atuação para a transformação dessa realidade e do cotidiano dela impregnado. Como atividade coletiva transformadora, a política não pode se reduzir à mera agregação de demandas estanques e extravasamento de insatisfações pessoais. Para ultrapassar definitivamente essa dimensão catártica, é preciso que sejam criados e fortalecidos espaços de base em que haja reflexão em conjunto, formulação de táticas de atuação e constituição de plataformas concretas. No Rio de Janeiro e em diversas outras cidades, esses espaços já têm assumido a forma de fóruns de lutas, assembleias de bairros e plenárias horizontais, dentre outras —mesmo que ainda não tenham alcançado um caráter de massas. Se há uma geração com parca experiência em termos da política de massa, é preciso que o próprio movimento social seja transformado na escola dos militantes —sem claro, jamais desprezar a bagagem daqueles que conduziram as lutas nas últimas décadas e as referências organizativas anteriormente constituídas pela classe trabalhadora. É preciso que seja ativada sua dimensão pedagógica, conflituosa e criadora. É preciso, sobretudo, que dessa articulação múltipla emergjam linhas de ação minimamente comuns e elementos programáticos capazes de conferir maior poder de pressão ao movimento. Somente assim, poderá haver uma preparação à altura dos desafios que se delineiam no horizonte, marcado pelas incertezas econômicas relativas aos desdobramentos da crise capitalista mundial, pelo recrudescimento da ação repressiva do Estado e das classes dominantes e pelos novos enfrentamentos que inevitavelmente virão com a Copa do Mundo de 2014.

Referências

- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo/USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.
- CARVALHO, Igor. *Jornalista causa revolta ao afirmar que médicas de Cuba têm cara de empregada doméstica*. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2013/08/jornalista-causa-revolta-ao-afirmar-que-medicas-de-cuba-tem-cara-de-empregada-domestica/>. Data de acesso: 08/09/2013.
- LEHER, Roberto. *Manifestações massivas no Brasil têm origem na esquerda*. Disponível em: http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8543:submanchete270613&catid=72:imagens-rolantes. Data de acesso: 08/09/2013.
- POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Recebido em agosto de 2013

Aprovado em agosto de 2013